

ProJovem Adolescente e sua implantação no município de Campos dos Goytacazes/RJ.

Juliana Thimóteo Nazareno Mendes

Luana Leal Ribeiro

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar o Programa Nacional de Inclusão de Jovens – Projovem, na modalidade Adolescente, no município de Campos dos Goytacazes/RJ, a partir dos seus aspectos normativos. Utilizou-se como metodologia estudos teóricos e entrevistas com coordenadores, educadores sociais e facilitadores, afim de possibilitar a análise dos referenciais normativos que orientam as ações.

Palavras-chave: políticas sociais, juventudes e oportunidades.

INTRODUÇÃO

O Projovem adolescente é um programa federal, que compõem um conjunto de políticas sociais destinadas à população jovem. Tem como eixo estruturante a Política Nacional da Juventude. Como parte de uma política pública, só pode ser compreendido a partir dos processos e resultados das relações complexas que se estabelecem no âmbito dos conflitos e das lutas de classe, imbricadas nos processos de produção e reprodução do capital.

No intuito de possibilitar uma análise do Projovem Adolescente no município de Campos dos Goytacazes, para além da sua expressão imediata, realizaremos uma abordagem que seguirá os seguintes caminhos: primeiramente situaremos o Projovem Adolescente no contexto das relações entre Estado e sociedade. Em seguida, analisaremos o programa em Campos dos Goytacazes, a partir dos seus referenciais normativos e conceituais, pois estes trazem uma determinada compreensão a respeito da questão existente.

Para sustentar empiricamente as descobertas e argumentos, utilizaremos as informações coletadas, através de uma entrevista semi-estruturada realizada com a coordenação do programa e com uma amostra de 10% do total de orientadores sociais e facilitadores de oficinas¹.

¹ Este artigo não apresentará as informações referentes aos posicionamentos dos adolescentes atendidos pelo programa, porque estas ainda estão sendo coletadas. Sendo assim, serão em outro momento analisadas e divulgadas.

É importante ressaltar que este artigo é um esforço de sistematização das reflexões realizadas para a pesquisa “Juventudes e cidades: espacialidades dos jovens em cidades médias”², financiada pelo Cnpq.

O PROJovem ADOLESCENTE: ASPECTOS NORMATIVOS E CONCEITUAIS

É possível afirmar que as políticas sociais voltadas para a juventude, vão se consolidar no Brasil, como política pública, apenas na primeira década do século XXI. Até então, as ações destinadas aos jovens concentravam-se nas áreas de educação e emprego, como forma de prepará-los para a vida adulta, e/ou nas áreas de saúde e segurança, no intuito de prevenir e controlar a juventude. “Estas ações não se estruturavam como elementos de uma “política de juventude”, mas como estratégia de atuação da sociedade para orientar a formação dos jovens e minimizar seu envolvimento em situações de risco” (AQUINO, 2009, p.35). Assim, buscavam-se resolver as "situações problemas", geralmente associadas à condição de pobreza, através de ações fragmentadas, descontínuas e focalizadas. Nesta perspectiva os jovens eram percebidos mais como ameaça à ordem social e econômica, do que como sujeitos de direitos.

Contudo, na década de 1990, houve uma ampla mobilização de movimentos sociais em defesa dos direitos dos jovens, ao mesmo tempo em que organismos internacionais ligados ao grande capital, enfatizavam a necessidade de se aumentar os investimentos em programas de combate a pobreza, pelo fato da população pobre estar se constituindo como uma ameaça à coesão social. A partir de então, verificou-se uma multiplicação de programas assistencialistas, de cunho neoliberal³, com ênfase na saúde, educação, geração de emprego e renda e moradia (LAVERGNE, 2012).

Neste contexto, ganhou maior visibilidade as questões da juventude e por isso, intensificou-se o diálogo entre Estado e sociedade, no intuito de consolidar uma política para a juventude. É importante destacar que esse diálogo foi permeado por contradições e consensos. Como resultado criou-se, em 2005, a Secretaria Nacional de Juventude (SNJ) e o Conselho Nacional da Juventude (CNJ), como órgão consultivo e deliberativo, que se constituiu como espaço privilegiado para o controle social. Foi também resultado deste processo, a criação de seis programas emergenciais direcionados aos jovens excluídos do mercado de trabalho, com poucos anos de estudo e que possuíam entre 18 e 24 anos de idade.

² A referida pesquisa está sendo desenvolvida pelo Núcleo de Estudos e Pesquisa Geografia, Espaço e Ação - NuGEA, através da parceria entre o Departamento de Serviço Social de Campos, da Universidade Federal Fluminense e o curso de Geografia da Universidade Federal de Juiz de Fora.

³São programas que atendem aos imperativos neoliberais de focalização, descentralização e privatização.

Destes, destacamos o Programa Agente Jovem, desenvolvido pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), que foi substituído, anos depois, pelo Projovem Adolescente.

De acordo com Aquino (2009), em 2007 houve a ampliação e integração entre as ações de cunho emergencial e as ações vinculadas às áreas de educação, saúde, esporte e cultura. Também ampliou-se a escala de cobertura para todo o universo de jovens brasileiros socialmente excluídos –incluindo aqueles entre 15 e 29 anos de idade, que não tivessem concluído o ensino fundamental, que não estivessem trabalhando e que vivessem em domicílio com renda per capita de até meio salário mínimo.

Todas as ações foram abrigadas no Programa Nacional de Inclusão de Jovens: Educação, Qualificação e Ação Comunitária – Projovem Integrado, desenvolvido através das seguintes modalidades: Projovem Adolescente – Serviço Socioeducativo, Projovem Urbano, Projovem Campo - Saberes da Terra e Projovem Trabalhador.

No que se refere ao Projovem Adolescente – Serviço socioeducativo – PJA, este se destina aos jovens de 15 a 17 anos, pertencentes à famílias em condição de extrema pobreza, beneficiadas pelo Programa Bolsa Família (PBF), egressos de medidas socioeducativas ou protetivas, ou egressos ou vinculados aos programas de combate ao abuso e à exploração sexual. É coordenado e gerido pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome – MDS, e se caracteriza como um serviço do Sistema Único de Assistência Social – SUAS.

Enquanto uma ação vinculada à assistência social, o programa se orienta pelos princípios e diretrizes da Política Nacional de Assistência Social - PNAS. Primeiramente, apoia-se no princípio da proteção social, que estabelece seguranças e garantias que visam reduzir e prevenir as fragilidades e inseguranças sociais que os indivíduos enfrentam ao longo dos ciclos de vida. Assim, os jovens, através do PJA, passam a acessar um conjunto de ações e benefícios que contribuem para "o reforço da autoestima (...), o desenvolvimento de sua autonomia e capacidade de sobrevivência futura, bem como para a ampliação do seu acesso e usufruto à cultura e aos bens sociais." (MDS, 2009, p. 06).

Portanto, não se trata de uma proposta reducionista que enfatiza a ocupação dos jovens para que não se envolvam nos circuitos de violência. Ao contrário, trata-se de garantir o direito à proteção integral dos adolescentes e jovens atendidos, considerando-os como sujeitos de direitos, em que as demandas devem ser atendidas no tempo presente. Por outro lado, como aborda Lavergne (2012) há uma focalização naqueles que não se adéquam às leis do mercado e que não conseguem se responsabilizar pela satisfação das suas próprias

necessidades cotidianas - os jovens pobres. Focalização própria da política de assistência social de corte neoliberal.

Pode-se perceber uma intervenção que busca a formação, o planejamento e a participação, estimulando a capacidade crítica e reflexiva dos jovens com ênfase nas vivências familiares, escolares e comunitárias. Com isso, as ações socioeducativas no Projovem Adolescente têm como propósitos, ao mesmo tempo, a valorização da pluralidade, da singularidade e de formas particulares de sociabilidade dos jovens, como também, a introdução de conhecimentos do trabalho visando o desenvolvimento de habilidades úteis à vida profissional, a conscientização para escolhas profissionais e para a promoção da inclusão digital. Entretanto, de acordo com Lopes (2009), no neoliberalismo, são instituídas normas que tem por finalidade posicionar o sujeito dentro de um conjunto de saberes que visa conservar seu interesse em manter-se dentro das redes sociais e de mercado. Assim, as ações educativas do PJA também tende a "aprisionar" os jovens nas regras do mercado, naturalizando a pobreza, incitando-os a resolver os problemas da vida por meio de desempenho pessoal e voluntário, em que cada um deve se responsabilizar pela construção de um futuro repleto de promessas para todos, mesmo que realizadas desigualmente.

Ainda em consonância com a PNAS, o Projovem Adolescente se apóia na matricialidade sócio-familiar e na territorialização. Isso significa que devem ser ofertadas ações no território de moradia dos jovens e suas famílias, considerando o universo sociocultural daquele espaço e fortalecendo os vínculos familiares e comunitários.

Para tanto, enfatiza a ação política como um elemento qualitativo da convivência social, pois permite aos jovens se tornarem sujeitos, assumindo papéis na decisão, organização, execução e avaliação das ações socioeducativas, visando o desenvolvimento de potencialidades que resultem em ações críticas e transformadoras na vida pública, comprometidas com a democracia. Acreditamos que, neste eixo, estão colocadas as possibilidades para uma intervenção que visa superar a perspectiva de adequação dos jovens ao jogo do mercado, pois,

Na ação política pode estar a compreensão necessária ao rompimento do perverso ciclo de auto submissão, ou submetimento, em que vivem os jovens. A ação política que incide sobre a legitimidade do conflito e na construção do espaço público pode produzir práticas sociais e discursos referenciados em valores e juízos que ultrapassam os imediatismos e possibilitam novas sociabilidades. (MATTOSO, 2010, p. 46),

Por fim, como um serviço do SUAS, o PJA deve manter uma estreita relação com os CRAS, pois este é o responsável pela oferta do serviço socioeducativo no território e por fazer o acompanhamento das famílias nos seus processos de proteção e socialização dos jovens. Desta forma, cada coletivo é acompanhado por um profissional de nível superior do CRAS em que está referenciado.

A partir destas breves considerações, no próximo item iremos fazer uma primeira aproximação da PJA no município de Campos dos Goytacazes, abordando a incorporação das dimensões normativas e conceituais apresentadas até o momento.

O PROJovem ADOLESCENTE NO MUNICÍPIO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES: PRIMEIRAS ANÁLISES

O município de Campos dos Goytacazes está localizado na região norte fluminense do estado do Rio de Janeiro e se constitui como pólo regional. Sendo a maior cidade em extensão territorial, exerce grande influência política e econômica no estado, pois nela estão concentrados os maiores recursos advindos da extração do petróleo, além de ter grande destaque nas atividades produtivas e de prestação de serviços.

No entanto isso não significa melhor qualidade de vida aos campistas. O município enfrenta sérios problemas na área de saneamento básico, saúde e transporte. Também se verifica altos índices de desemprego, atribuído à desqualificação da mão-de-obra local. Os jovens são particularmente atingidos por estas situações, pois experimentam um tempo presente marcado pelas incertezas advindas das novas configurações do modo de produção capitalista (MENDES, 2008).

Portanto, não é de estranhar que dos 32.255 jovens com idade entre 15 e 18 anos, 54,9% estão inscritos no Cadastro Único da Assistência Social - CADÚnico. Assim, de acordo com a Superintendência de Gestão do SUAS, de Campos dos Goytacazes, 17.736 poderiam ser inseridos no Projovem Adolescente. Diante desta situação, o referido programa tem um papel importante no processo de desenvolvimento dos jovens pobres do município.

O Projovem Adolescente foi efetivado em Campos dos Goytacazes no ano de 2008, em substituição ao Projeto Agente Jovem. Foram pactuadas 2.200 vagas, o que representa, atualmente, 12% do número de jovens inscritos na CadÚnico. No entanto, em função do não atendimento das metas estipuladas pelo Ministério de Desenvolvimento Social, em 2012 as vagas foram reduzidas para 1.800, sendo 1.240 efetivamente ocupadas. Isso representa que das vagas disponibilizadas, apenas 62% estão preenchidas.

Atualmente, o Projovem conta com 71 coletivos, referenciados nos 11 CRAS existentes no município. Para a sua organização existe uma coordenação geral, composta por subcoordenações: pedagógica, cultural, esportiva e de inclusão digital. As atividades com os jovens são desenvolvidas por uma equipe formada por 37 orientadores sociais e 29 facilitadores que conduzem as oficinas.

Cada coletivo possui um orientador social, responsável pela articulação das atividades e pelo acompanhamento sistemático dos jovens. Cada orientador social é responsável por dois coletivos que funcionam concomitantemente, com no máximo 30 adolescentes.

As atividades são realizadas geralmente em escolas públicas, mas existem coletivos que funcionam em praças públicas e locais cedidos pela comunidade. É importante ressaltar que a falta de espaço físico adequado foi considerado com um dos maiores problemas do Programa, tanto pelos coordenadores, como pelos orientadores e facilitadores.

A relação entre o CRAS e o PJA é algo que vem sendo construído cotidianamente, pois é permeado por muitas dificuldades advindas da forma como os CRAS estão disponibilizados no município e o volume de atribuições da sua equipe básica. Geralmente, os CRAS possuem uma área de abrangência que envolve aproximadamente 10 bairros. Assim, a distância física do bairro onde acontece o coletivo e a sede do CRAS é um elemento que dificulta o melhor entrosamento entre eles. Além disso, a grande quantidade de atendimentos que os profissionais do CRAS realizam, é considerado um elemento dificultador, por parte da equipe do PJA, para o acompanhamento mais sistematizado dos coletivos.

No entanto, os profissionais do CRAS e do PJA vão criando estratégias para que a relação entre eles se efetive e que o trabalho consiga alcançar seus objetivos, como é apresentado pela coordenadora abaixo.

Estamos tendo sempre reuniões que eles [técnicos do CRAS] participam. A gente sempre orienta para que o orientador social, que é o veículo mais próximo dos técnicos, passe as informações, coloque as atividades que tão sendo feitas, leve a programação do mês para o CRAS, para que os técnicos possam acompanhar.

Com relação a inserção dos jovens no programa, esta acontece mediante a busca ativa dos profissionais do CRAS e dos orientadores sociais, bem como através dos encaminhamentos feitos pelos serviços de Proteção Especial, e por iniciativa dos próprios jovens. No entanto, a grande maioria dos jovens foram inseridos no programa através das ações dos próprios educadores e facilitadores, que mobilizaram os jovens nas escolas e na

comunidade. Estes jovens, aceitando participar do Projovem, foram então, inseridos no CRAS. De acordo com a Superintendência de Gestão do SUAS,

Essa é uma estratégia válida, na medida em que o CRAS não tem pernas para abarcar todos os jovens daquele território. Só que, infelizmente, quando o jovem diz que quer participar (...) você permite a permanência de jovens que não passaram pelo CRAS. Assim, na medida em que estão inseridos no programa não garante que suas famílias estejam sendo atendidas no CRAS, entendendo o programa, sendo orientadas.

Neste sentido, há um movimento inverso da proposta do PJA. A inserção deveria ser via CRAS, a partir da demanda identificada pelos profissionais de referência, pois assim seria garantido o atendimento dos jovens e de suas famílias. Contudo, até este ano (2012) os profissionais do CRAS não tinham acesso a listagem do CadÚnico com a identificação dos jovens que poderiam ser inseridos no Programa.

Outro aspecto decorrente desta forma de inserção dos jovens se refere ao cumprimento das exigências relacionadas ao perfil prioritário do programa. Primeiramente, ao fazer a mobilização na escola e na comunidade, muitas vezes não se alcança os jovens das famílias que estão inscritas no CadÚnico e mobilizam-se aqueles que não possuem a idade adequada e o perfil. Fato esse que foi comprovado pela coordenação do programa ao constatar que muitos jovens não poderiam ser registrado no SisJovem (sistema de gerenciamento do programa), porque não possuíam o perfil definido pelo Programa.

Outra questão é que as dificuldades de aproximação entre o Projovem e o CRAS acaba repercutindo também nos encaminhamentos da rede para o programa. De acordo com a normativa do Projovem, 1/3 das vagas devem estar destinadas para jovens egressos de medidas socioeducativas ou encaminhados pelos diferentes serviços de proteção social básica. No entanto, ao verificarmos esta relação, percebemos que, do total de jovens atendidos, apenas 23 jovens foram encaminhados pela rede: 7 pelos Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS; 3 pelo Grupo de Fiscalização de Cotas e Combate ao Trabalho Infantil; 2 por instituição não governamental; 9 pelo Conselho Tutelar e 2 pelo Ministério Público. Isso, de certa forma, demonstra uma incoerência, pois há uma grande demanda das diversas instituições sociais para atendimento aos jovens, e se tem um programa com vagas ociosas. Neste sentido, é preciso avançar na relação com a rede, a começar pelo CRAS.

Por outro lado, a ociosidade de vagas também pode indicar a dificuldade de atrair os jovens para as atividades e conseguir sua permanência. De acordo com a coordenação, os

jovens estão saturados das atividades que se assemelham àquelas realizadas pelas escolas. Assim, uma estratégia utilizada para atraí-los é a oferta de atividades de esporte, inclusão digital, cultura, dança e teatro. Estas são desenvolvidas no próprio local onde são realizados os coletivos e em outros espaços, formando-se grupos de interesse.

De acordo com as coordenadoras, todas as oficinas buscam trabalhar valores como ética, cidadania, respeito e disciplina, seguindo as orientações do MDS referente aos temas transversais.

Também são realizados, periodicamente, eventos temáticos em que os jovens são convidados a apresentar as habilidades que foram despertadas pelas oficinas. Como exemplo, cita-se as apresentações de peças teatrais, coreografias e exposições de artesanato, sempre baseadas nos temas transversais. Além disso, são promovidos campeonatos esportivos entre os próprios coletivos e entre os Projovens de outros municípios. À estas atividades juntam-se os concursos “Garoto e Garota Projovem” e “Nasce uma Estrela”, considerados os maiores eventos do Programa.

Para atender as demandas dos jovens por qualificação e inserção no mercado de trabalho, o Projovem desenvolve a inclusão produtiva mediante parcerias com instituições não governamentais que promovem cursos de qualificação e ofertam vagas de estágio. Mesmo não sendo atribuição do Projovem Adolescente, percebe-se um esforço da coordenação em atender esta demanda. A coordenação também procura introduzir nas ações, questões relacionadas ao mundo do trabalho, conferindo aos jovens conhecimentos e habilidades que facilitarão sua futura inserção no mercado de trabalho.

É importante destacar, que de acordo com as observações realizadas nos coletivos e informações de alguns orientadores, as atividades do PJA acabam atraindo muito mais os adolescentes de 13 e 14 anos (que se tornam os mais frequentes), do que os de 16 e 17 anos.

Todas as atividades têm como princípios teórico-metodológicos a compreensão da juventude como sujeitos de direitos que precisam de oportunidades para melhor se desenvolver. Assim, as atividades propiciam a autoestima dos jovens, ao mesmo tempo em que abordam questões como disciplina, respeito, responsabilidade, ética e cidadania. Neste sentido, percebe-se que há uma estreita relação entre as orientações da coordenação local com o traçado metodológico definido pelo MDS.

No entanto, chama atenção na fala dos coordenadores, orientadores e facilitadores, um elemento referente aos objetivos do PJA. Para além daqueles contidos na formatação do programa pelo MDS, há no âmbito local, uma compreensão que os sintetizam em torno das noções de resgate social, vocações e trabalho, como ilustra as falas abaixo.

- Eu costumo dizer que é um programa para despertar habilidades. Que o jovem possa descobrir suas habilidades. É resgatá-lo socialmente. (B - coordenação)
- O nosso resultado é fazer com que eles sejam sociáveis. É fazer com que se sintam inclusos numa sociedade e até onde podem chegar. (D - coordenação)
- (...) tirar as crianças da rua no horário da escola. É prepará-los para o mercado de trabalho. Como se prepara para o trabalho essas crianças? Principalmente o comportamento, o xingamento (...). (C - orientador social)
- O objetivo do Projovem é socializa-los. Nós estamos trabalhando com jovens de classe pobre, baixa, que vivem a margem da sociedade. Eles se sentem, não digo discriminados, mas eles se sentem isolados porque eles tem medo de se infiltrarem, porque se acham diferentes. (D - Facilitador social)

Estes objetivos refletem valores contraditórios, que tendem a situar os jovens ora como objeto ora como sujeito da política.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No município de Campos dos Goytacazes, o Projovem adolescente se consolida como um serviço do SUAS, referenciado nos CRAS. Neste sentido, não apenas é orientado pelos princípios e diretrizes da Política Nacional de Assistência Social, mas também é impactado pelas formas de gestão desta política no município, como pode ser percebido nos processos de preenchimentos de vagas e na relação dos coletivos com os CRAS.

Cabe enfatizar que o PJA vem sendo executado segundo as orientações do MDS, que se articulam em torno de duas noções fundamentais: a oferta de oportunidade e a garantia de direitos.

Pôde-se perceber que há uma preocupação da equipe do programa em oferecer oportunidades para que os jovens possam experimentar diferentes formas de convivência social e com isso, rever valores e comportamentos. As oficinas cumprem este papel, na medida em que oferecem atividades pautadas em valores como a ética, a participação e a cidadania.

Ao oferecer estas oportunidades, o PJA em Campos contribui para que os jovens, em especial os pobres, possam ter garantidos seus direitos, seja de acesso à cultura, ao esporte e ao lazer, mas também à educação e à assistência social, necessários ao seu pleno desenvolvimento como pessoa.

No entanto, as execução das atividades educativas apresentam também um viés psicologizante, abordando as questões que envolvem a juventude de forma individualizada, responsabilizando o jovem e sua família pela suas condições de vida. Daí a ênfase em

temáticas como respeito e disciplina e a noções de resgate social e vocações. Percebe-se que elas contribuem para que o indivíduo "socialmente integrado", tenha condições de superar os desafios do mercado, com o apoio estratégico da família e da comunidade.

Neste sentido, faz-se presente uma das dimensões contraditórias das políticas sociais, ou seja, que ela tanto serve para garantir direitos, satisfazendo as necessidades sociais dos sujeitos, como se torna um instrumento a serviço das necessidades do capital, de enquadramento social e econômico destes mesmos sujeitos.

BIBLIOGRAFIA

AQUINO, Luseni. A juventude como foco de políticas públicas. In: CASTRO, J. A. de; AQUINO, L. M. C.; ANDRADE, C. C. **Juventude e políticas sociais no Brasil**. Brasília: IBGE, 2009.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. **Adolescências, juventudes e socioeducativo: concepções e fundamentos**. MDS: Brasília, 2009.

LAVERGNE, Rémi Fernand. Programa Bolsa Família: uma nova modalidade de biopolítica. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo: Cortez, n.110, abr/jun 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-66282012000200006&script=sci_arttext . Acesso em agosto de 2012.

LOPES, Maura Corcini. Políticas de Inclusão e governabilidade. **Educação e Realidade**. n. 34 (2), maio/agosto de 2009.

MATTOSO, F. A. Dinâmicas sócio-espaciais e as experiências dos jovens na cidade desigual. *Revista Libertas*. Juiz de Fora. V. 4, n. 2, julho de 2010. Disponível em: <http://www.revistalibertas.ufjf.br/volumes.html>. Acesso em setembro de 2010.

MENDES, J. T. N. **O projeto de vida dos jovens pobres e a experiência do tempo presente**. Dissertação de Mestrado. Juiz de Fora: UFJF, 2008.